

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.141 - SP (2018/0309684-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : JATOBÁ - AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A
ADVOGADOS : ANETE MAIR MACIEL MEDEIROS - DF015787
HENRIQUE GAEDE - PR016036
AGRAVADO : TRANSTRADE INTERNACIONAL BRASIL EXPORT LTDA
- ME
ADVOGADO : FRANCISCO ANDRE CARDOSO DE ARAÚJO E OUTRO(S)
- SP279455
INTERES. : AMAURY MARCHESINI DE MATTOS - ESPÓLIO
REPR. POR : EDMEA MARINA MESQUITA PEREIRA DE MATTOS -
INVENTARIANTE
INTERES. : GESSE GONCALVES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO DIANTE DA NÃO COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE SENTENÇA. INTEMPESTIVIDADE NÃO RECONHECIDA PELA CORTE LOCAL. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por JATOBÁ - AGRICULTURA E PECUÁRIA S/A contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 636):

AGRAVO INTERNO. TEMPESTIVIDADE. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE FERIADO LOCAL NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO EM MOMENTO POSTERIOR. LEITURA DO ART. 1.003, §6º, CPC, EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DE MÉRITO. TÔNICA DO NCPC: SUPERAÇÃO DAS FORMALIDADES, SEMPRE QUE POSSÍVEL, A FIM DE QUE SE CHEGUE À DECISÃO DE MÉRITO (EXEMPLO:

ARTIGOS 932, PARÁGRAFO ÚNICO E 1.029, § 3º). ADEMAIS, NO CASO CONCRETO, A QUALIDADE DAS PARTES, O FORO DE ORIGEM E A DATA EM COMENTO INDICAM QUE NÃO HOUE QUALQUER TIPO DE PREJUÍZO OU DESCONHECIMENTO, EIS QUE SE TRATA DE DATA DE NOTÓRIO CONHECIMENTO NACIONAL (FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO). DESTAQUE DA DOUTRINA PROCESSUAL E DA JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). RECURSO NÃO PROVIDO.

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 1.003, § 6º, 1.029, § 3º e 932, parágrafo único, do CPC, além de divergência jurisprudencial. Afirma que a recorrida não mencionou ou comprovou a existência de feriado local, 25/01/2017, aniversário da Cidade de São Paulo, quando da oposição de seus embargos de declaração em face da sentença, só o fazendo depois, por ocasião da interposição do agravo interno. Aduz que os embargos são intempestivos, situação que impede o conhecimento da apelação interposta pela recorrida. Aponta divergência jurisprudencial com julgados do STJ.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 669-675).

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ, fls. 234-235), o que ensejou a interposição do presente agravo.

Foram impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

A pretensão da parte é ver reconhecida a intempestividade da apelação interposta pela recorrida, diante da ausência de comprovação, no ato da

oposição dos embargos de declaração em face da sentença, da ocorrência de feriado local.

Com efeito, esta Corte Superior possui entendimento pacificado no sentido de que a ocorrência de feriado local, recesso, paralisação ou interrupção do expediente forense deve ser comprovada, por documento oficial ou certidão expedida pelo Tribunal de origem, no ato de interposição dos recursos dirigidos ao STJ.

Esse posicionamento decorre do fato de que o Superior Tribunal de Justiça precisa aferir a tempestividade dos recursos a ele encaminhados, sendo certo que não se pode exigir dos membros desta Corte Superior que conheça todo e qualquer feriado municipal ou estadual ou, ainda, a existência de toda e qualquer suspensão de expediente forense determinada por atos normativos dos Tribunais Estaduais e Regionais que, por um motivo ou outro, importe alteração do prazo processual.

No entanto, conforme já decidido nesta Corte, essa orientação não pode ser transplantada para as instâncias ordinárias de maneira irrefletida, pois, como ocorre no caso dos autos, não é concebível que um Juízo da Comarca da Capital de São Paulo desconheça a ocorrência de feriado na comarca em que está sediado e ao qual está submetido.

Em que pese não ser feriado público e notório de conhecimento nacional, conforme consta do acórdão recorrido, por certo o aniversário da Capital de São Paulo, feriado previsto em lei municipal, é público e notório no âmbito da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no âmbito do local do órgão julgador competente para receber e julgar o recurso, situação que torna desnecessária a comprovação.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. RECESSO FORENSE. PROVIMENTO DO PRÓPRIO TRIBUNAL REGIONAL. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.

1. A jurisprudência desta Corte reconhecia ser ônus do recorrente comprovar a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense por ato

normativo da Justiça do Estado, sob pena de intempestividade dos recursos encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça.

2. Todavia, na esteira do entendimento assentado no RE 626.358 pelo STF, e a partir do julgamento do AgRg no AREsp 137.141/SE pela Corte Especial do STJ, essa orientação passou a ser mitigada, admitindo-se que a suspensão de expediente forense no Tribunal de origem seja feita posteriormente, em agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso que pretende seja conhecido pelo STJ.

3. Ademais, a jurisprudência anterior já não poderia ser transplantada para as instâncias ordinárias de maneira irrefletida.

A regra disposta no art. 337 do CPC ("A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, provar-lhe-á o teor e vigência, se assim o determinar o juiz") é inaplicável, via de regra, na via dos recursos especial e extraordinário, porém vale para a Instância ordinária, em que se admite dilação probatória, como na hipótese. Precedente.

4. Tampouco seria razoável admitir que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região desconheça do Provimento nº 3/2002, expedido por seu próprio Corregedor-Geral, que implicou a suspensão do expediente e dos prazos recursais no dia 24 de maio, "Dia de Nossa Senhora Auxiliadora padroeira de Goiânia".

5. Daí porque não há qualquer justificativa minimamente razoável para que exigir que o recurso de apelação viesse acompanhado da cópia desse ato, o qual, ainda assim, foi juntado na instância regional em sede de embargos declaratórios, sem êxito.

6. Relevada a intempestividade, devem os autos retornar à origem para o prosseguimento de análise da apelação.

7. Recurso especial provido

(grifo nosso) (REsp 1089205/GO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 28/06/2013).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. RECESSO FORENSE. PORTARIA DO TRIBUNAL ESTADUAL. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.

1. O acórdão atacado decidiu que compete à parte que interpõe apelação comprovar, para fins de aferição da tempestividade recursal, a ocorrência de recesso forense decorrente de Portaria confeccionada pela própria Corte Estadual, exigência considerada descabida pelo ora

recorrente.

2. A jurisprudência desta Corte reconhece que é ônus do recorrente comprovar a ocorrência de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense por ato normativo da Justiça do Estado, sob pena de intempestividade.

3. Esse posicionamento calca-se na necessidade de fornecer um substrato mínimo à aferição da tempestividade dos recursos encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, uma vez que os membros desta Corte não possuem meios para terem ciência de todo e qualquer feriado municipal ou estadual, muito menos das Portarias dos Tribunais Estaduais e Regionais que, por um motivo ou outro, importem alteração do expediente forense.

4. Entretanto, essa orientação não pode ser transplantada para as instâncias ordinárias de maneira irrefletida, pois não é concebível que o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas desconheça uma portaria subscrita por seu Desembargador Presidente que implicou a suspensão do expediente e dos prazos recursais durante o recesso de final de ano, daí por que não há qualquer justificativa minimamente razoável para se exigir que o recurso de apelação seja acompanhado de cópia desse ato.

5. Relevada a intempestividade, devem os autos retornar à instância ordinária para o prosseguimento de análise da apelação.

6. Recurso especial provido

(grifo nosso) (REsp 1165782/AM, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/08/2010, DJe 26/08/2010).

Por outro lado, o Tribunal de origem, órgão competente para julgar a apelação, consignou, de forma expressa que o recurso da recorrida é tempestivo. Vejamos (e-STJ fl. 608):

Anota-se que os recursos são tempestivos, foram contrariados (fls. 548/557 e 577/590) e o recurso da exequente é preparado (fls. 528/529).

Nesse contexto, elidir as conclusões do aresto impugnado quanto à tempestividade do recurso de apelação de fls. 558-570 e-STJ, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 7/STJ.

Confira-se

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO. RECURSO DE APELAÇÃO INTEMPESTIVO. REGRAS LOCAIS PARA A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULA 284/STF E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. É a legislação local que regula as especificidades do manejo do recurso via postal, sendo que, a partir destas regras é que se pode aferir a tempestividade do recurso de apelação.

2. A reforma do aresto no tocante à intempestividade da apelação, a fim de demover o que foi concluído na origem, demandaria, necessariamente, o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1592433/ES, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2016, DJe 05/08/2016)

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, negar provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator